



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 6.619-D DE 2009

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever que os imunobiológicos indicados à pessoa com deficiência sejam administrados em atendimento domiciliar ou nas unidades de saúde mais próximas à sua residência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 21 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 21. ....

§ 1º O atendimento domiciliar a que se referem o *caput* deste artigo e o art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), deve contemplar a administração dos imunobiológicos indicados, inclusive os especiais.

§ 2º No caso de restrição de ordem técnica ou relacionada à segurança do paciente que contraindique a administração dos imunobiológicos no domicílio da pessoa com deficiência, a aplicação dos produtos deverá ser realizada na unidade de saúde apta ao procedimento mais próxima da residência do paciente." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de março de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Apresentação: 20/03/2025 11:03:35.970 - CCJC  
RDF 1 CCJC => PL 6619/2009

RDF n.1

Deputada LAURA CARNEIRO  
Relatora



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257160326900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

